

O TRATADO DE MADRI E SUAS IMPLICAÇÕES PÓS-EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

El tratado de Madrid y sus implicaciones tras la expulsión de los jesuítas.

Ronaldo Bernardino Colvero¹
Edson Romário Monteiro Paniágua²
Muriel Pinto³

Resumo: o presente artigo visa discutir sobre as implicações e o contexto histórico relacionados ao Tratado de Madri (1750) e à expulsão dos jesuítas das Missões (1768). A pesquisa torna-se significativa pela relação com uma historiografia missioneira e um contexto importante à História do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, a pesquisa se enquadra como qualitativa, utilizando revisão bibliográfica. Dentre os resultados, foi possível observar, de um lado, os interesses ibéricos – principalmente portugueses – na intenção de conseguir súditos ao Rei Fidelíssimo, estabelecendo uma estratégia de atração dos indígenas advindos dos povos. Por outro lado, estes indígenas empreenderam negociações com os lusos frente a novas reciprocidades, na intenção de manter certos aspectos socioculturais, considerando novas relações sociais e representações. Neste sentido, evidenciam-se não apenas interesses metropolitanos, mas a perspectiva indígena de sobrevivência em território português, frente às articulações ligadas, por exemplo, à própria soberania lusa.

Palavras-chave: Missões; Tratado de Madri; Temporalização; Jesuítas; Indígenas.

Resúmen: Este artículo tiene como objetivo discutir las implicaciones y el contexto histórico del Tratado de Madrid (1750) y la expulsión de los jesuitas de las Misiones (1768). La investigación es significativa por su relación con la historiografía misionera y un contexto importante en la historia de Rio Grande do Sul. Metodológicamente, la investigación es cualitativa, utilizando una revisión bibliográfica. Entre los resultados, fue posible observar, por un lado, intereses ibéricos - principalmente portugueses - con la intención de obtener súbditos para el Rey Fidelísimo, estableciendo una estrategia de atracción de indígenas de los pueblos. Por otro lado, estos indígenas negociaron nuevas reciprocidades con los portugueses, con la intención de mantener ciertos aspectos socioculturales, considerando nuevas relaciones y representaciones sociales. En este sentido, se evidencian no sólo los intereses metropolitanos, sino también la perspectiva indígena de supervivencia en territorio portugués, frente a articulaciones vinculadas, por ejemplo, a la propia soberanía portuguesa.

Palabras clave: Misiones; Tratado de Madrid; Temporalización; Jesuitas; Indios.

INTRODUÇÃO

Na intenção de manutenção da diplomacia, simultânea a uma possibilidade final de resolução dos conflitos territoriais na América colonial, Portugal e Espanha estabelecem o Tratado de Madri (1750). Dadas as implicações posteriores a tal decisão, vide a Guerra Guranítica, a posterior expulsão dos inacianos em 1768 e a própria difusão dos povos indígenas

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). É professor adjunto na Universidade Federal do Pampa, atuando no curso de Ciências Sociais - Ciência Política e Licenciatura em Ciências Humanas, atualmente professor do Pós-Graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa e do Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas.

² Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012). Professor Associado da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - campus São Borja/RS. Atua nos cursos de Ciências Sociais Ciência Política, Ciências Humanas - Licenciatura, Direito e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Mestrado Profissional, como professor permanente. Tutor do Programa de Ensino Tutorial, PET História da África, campus São Borja/RS.

³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Professor Adjunto III da Unipampa - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Coordenador e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA) - Mestrado Profissional

pelo território fronteiriço, tal momento histórico esteve pautado não só pela dinâmica, mas pelas relações e contato entre, principalmente, indígenas e portugueses – permeados por interesses de manutenção sociocultural e sobrevivência e, também, metropolitanos e de soberania.

Neste sentido, o presente artigo tem o objetivo de discutir, mesmo de maneira breve, sobre as implicações e o contexto histórico relacionados ao Tratado de Madri e à expulsão dos jesuítas na segunda metade do século XVIII. O trabalho se torna importante pela proximidade a uma historiografia que versa sobre as Missões, bem como pela discussão sobre um contexto histórico caro no que tange à História do Rio Grande do Sul e do Território Meridional. Em termos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, fazendo uso de revisão bibliográfica a partir de literatura especializada sobre o tema. Dentre alguns dos autores utilizados estão, por exemplo, Júlio Quevedo, Elisa Garcia e Edgar e Alfredo Poenitz. Em termos de estrutura, o trabalho se divide em dois principais blocos: um sobre a própria ocupação do território meridional, e outro abarcando o contexto do Tratado de Madri e perpassando a temporalização e alguns dos interesses lusos e indígenas no contexto sob enfoque.

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MERIDIONAL

Durante o século XVII, os holandeses que ocupavam o nordeste brasileiro e algumas regiões da África forçaram os portugueses, no Brasil, a partirem em direção ao sul a fim de aprisionar o gentio⁴ que estava reduzido nas missões jesuíticas situadas na região de Itatins e Guairá, à margem esquerda do rio Paranapanema, desde 1607, fundadas pelos missionários da Companhia de Jesus. Isso se dava porque os jesuítas tinham o intuito de reduzir o indígena para convertê-lo à fé cristã, livrando-o de sua cultura pagã que era considerada como uma obra do diabo (FLORES, 1997). Isto serviria, também, como “remissão dos pecados”, pois “o fim maior da evangelização se confirmava para alcançar de Nosso Senhor uma grande estima da gloriosa empresa que lhes confiou, e fazer-se instrumentos aptos seus para a conversão de tantos fiéis” (BOLLO *apud* QUEVEDO, 1999, p. 107).

Segundo Mário Maestri (2000, p. 54), o projeto jesuítico era o mesmo para todo o novo mundo: reunir diversas comunidades nativas, submetê-las à autoridade colonial e convertê-las ao cristianismo e ao que se considerava como civilização, estabelecendo-se na região do atual Paraguai – ou Guairá à época. Em decorrência das entradas e bandeiras, as quais possuíam a

⁴ O gentio é um termo que faz parte exclusivamente da tradição judaico-cristã e serve para indicar todos aqueles que professam religiões não monoteístas, geralmente profanas, se fundamentando na oposição entre “povo eleito” e os demais povos. QUEVEDO, Júlio (Org.). **Rio Grande do Sul: quatro séculos de história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

finalidade de capturar mão-de-obra indígena, São Paulo tornou-se uma área especializada no aprisionamento e venda de gentios. No entanto, ao contrário do que se pensava antes, os indígenas aprisionados não eram enviados para a região açucareira, pois, segundo estudos de John Bossy, permaneciam na própria província de São Vicente como mão-de-obra a ser utilizada nas fazendas. Em tal contexto, conforme Júlio Quevedo e José Tamanquevis (1995, p. 73): “O Jesuíta representava uma ameaça, pois disputava a mão-de-obra indígena; os luso-brasileiros queriam escravizá-los, enquanto os jesuítas queriam cristianizá-los e especializá-los em uma profissão para a auto-defesa.” Com o ataque desses luso-brasileiros da então Capitania de São Vicente, os jesuítas se viram obrigados a migrar para o sul, penetrando em território meridional em 1626, na chamada zona do “Tape”⁵. A partir daí fundaram reduções, com a penetração ocorrendo sob bandeira espanhola.

Tanto as reduções do Tape como, mais tarde, os Sete Povos das Missões, faziam parte do sistema colonial espanhol que tinha por interesse um agrupamento indígena dentro dos princípios cristãos, impondo aos indígenas uma doutrina religiosa e laboral, mesmo com a resistência destes em relação a serem reduzidos. No entanto, as reduções representavam para estes atores a possibilidade de não serem escravizados, tanto pelos encomendeiros espanhóis, quanto pelos luso-brasileiros.

Nas reduções, como aponta Quevedo (1999, p. 124), “os jesuítas procuravam exercer” seu papel “ao ‘pé da letra’, posto que missão significa ‘missio’, o encargo, o ato de mandar, onde o missionário exercia papel fundamental no encargo de doutrinar” o indígena Cristão. Conforme relatos do padre Roque González, referente à região do Tape, fica claro que o indígena por vezes resistia ao processo reducional, dificultando, em certos momentos, o trabalho dos jesuítas que “no período reducional [...] defrontaram-se com muitas adversidades, tanto internas (sublevações indígenas, ação de animais ferozes), quanto externas (o encomendero espanhol e as bandeiras escravistas)” (QUEVEDO, 2000, p. 80).

Com os ataques às reduções do Tape, comandados por Raposo Tavares, em 1635, representou tanto um incidente grave como, também, fez com que os padres da Companhia de Jesus percebessem a necessidade de organizarem-se no combate às ameaças externas – concebido como uma espécie de Guerra Santa. Assim, à medida que a ameaça mostrava-se cada vez maior, os padres foram arregimentando tropas indígenas para a defesa das reduções.

⁵ Tape era a área que se estendia pela bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado dos contrafortes das Serras do Mar e Geral e com o Rio Uruguai, por outro. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

No período da União Ibérica (1580-1640), houve o fortalecimento dos laços comerciais e de interações na porção sulina da América, fatos estes que aproximaram os súditos portugueses à região platina. A recuperação da independência por parte de Portugal, ao final de tal período, não foi suficiente para interromper a ligação da colônia portuguesa com a região do Rio da Prata, pois os paulistas e os habitantes das capitanias do sul optaram por não abrir mão das conexões que realizaram por longo tempo. Isto pois delas derivavam excelentes lucros, e era por onde realizavam a troca do couro das couramas – realizadas em boa parte daquele território – pela prata contrabandeada do Alto Peru.

Constantes conflitos entre as Coroas Ibéricas, em virtude de disputas territoriais e econômicas na região platina, a tentativa expansionista portuguesa de suas fronteiras⁶, a pressão dos comerciantes portugueses expulsos de Buenos Aires para que fosse fundada na região uma cidade portuguesa para atender seus interesses. Preocupação de Portugal com sua Colônia americana, na urgência de marcar presença naquela área, em razão da sua importância comercial e estratégica na margem setentrional do estuário do rio da Prata. É neste contexto que surge a Colônia do Santíssimo Sacramento.

Até o século XVII, a presença restringia-se à capitania de São Vicente e alguns pontos do atual litoral paranaense. O último ponto da ocupação era a Vila de Paranaguá. Abaixo dela havia um vasto território, chamado pelos portugueses de Continente do Rio Grande. Em meados do século XVII os paulistas começaram a explorar as baixadas do litoral sul, descobrindo ouro no leito dos rios (ouro de lavagem). Essa descoberta atraiu povoadores, ocasionando, já na segunda metade do século, a fundação de vilas no litoral: São Francisco do Sul, em 1658; Desterro (atual Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina), em 1675; e Laguna, em 1688. O nome dado ao povoado de Desterro (solidão, banimento), dimensionava o isolamento desses novos núcleos que surgiram.

A partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento e o retorno dos Jesuítas ao local de suas antigas reduções, ficava claro que as Coroas ibéricas estavam interessadas em permanecer definitivamente naquela região, iniciando assim um processo de fricções no âmbito político, militar, econômico, cultural e religioso. Um dos objetivos lusitanos, por exemplo, era intervir no comércio espanhol no Rio da Prata, pois a Coroa lusitana vinha sofrendo duras

⁶ Na história da fronteira rio-grandense, a fixação da linha divisória, sua afirmação ou suas oscilações, em épocas diferentes, apesar das operações concretamente regionais, dependeram de decisões acordadas politicamente nos centros de decisão de poder, a exemplo do Rio de Janeiro, Lisboa, Madri, Londres, Buenos Aires e Montevideú. Combinados com a conquista militar, a expansão demográfica e o recorrente do *uti possidetis*, ao cabo, a sua definição significou uma opção imaginária, arbitrária, pesada na balança limitativamente possível da geopolítica. GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 13.

perdas desde o término da União Ibérica. Isso, sem dúvida, chamava atenção desde 1640, quando o contrabando teve uma ascensão no estuário do Rio da Prata, onde os portugueses começaram a manter um comércio intenso de manufaturas, principalmente inglesas. Com a fundação de tal entreposto, os espanhóis, em rechaço, o atacaram em 1680, justamente por crerem que a região pertencia aos domínios espanhóis e, portanto, ao seu rei.

Conforme Quevedo e Tamanquevis (1995, p. 18), “em agosto de 1680, os índios missioneiros atacaram o reduto, sobrando poucos sobreviventes”. Diante esses fatos ocorridos na América Meridional, os portugueses ameaçaram guerrear com a Espanha, resultando no Tratado Provisional de 1681, pelo qual a Colônia foi devolvida aos portugueses. Logo após, em 1682, o retorno dos Jesuítas para a região do Tape deu-se, principalmente, pela ameaça sofrida pela Coroa Espanhola, que estava aos poucos perdendo território para a Coroa Portuguesa. Esta, percebendo a importância das terras e do gado que ali existia, ordenou aos súditos que ocupassem a porção mais ao sul, gerando inúmeras discussões entre os reinos ibéricos. Quase um século depois, a contenda ainda não teria resolução, mas aquela região seria denominada de “Campos Neutrais”. Nada mais eram que terras onde não haviam – ao menos em grande número – nem espanhóis, nem portugueses, e onde estava situada a Vacaria do Mar, que conduziu essa atração do luso-brasileiro para a região. Aí estavam as reses que foram trazidas pelos espanhóis da primeira tentativa de redução dos indígenas e que ficaram soltas, selvagens, depois da migração destes para o outro lado do rio Uruguai.

Já no início do século XVIII, as reduções jesuíticas em território disputado por Portugal e Espanha estavam organizadas econômica, política e culturalmente, de forma tão independente que estas representavam um processo de expansão territorial rumo ao sul e a oeste. Em 1737, por exemplo, como centro da irradiação dos lusitanos provenientes da Colônia do Sacramento, principalmente os contrabandistas, foi fundado na região da atual cidade de Rio Grande o Forte Jesus-Maria-José. Nesse sentido:

a expansão portuguesa preocupava sobremaneira os missionários. Nas correspondências dos jesuítas da década de 1740, sobressai a preocupação com a presença portuguesa e a missão dos povoados de defender a fronteira espanhola na Zona do Rio da Prata (QUEVEDO, 2000, p. 5).

Os jesuítas, então, por meio da doutrina cristã tentavam forjar uma aculturação, pela qual os índios fossem assumindo uma identidade espanhola a fim defender os interesses da Coroa de Espanha. A ênfase, neste sentido, estava no resguardo da fronteira que ainda não havia sido demarcada. Segundo Sandra Pesavento (1997, p. 03), as Missões se caracterizavam como

unidades desenvolvidas no âmbito econômico, quase autônomas. Exportavam para a Europa, enviavam tributos ao Geral de Companhia, em Roma, e possuíam influência política no Estados Católicos europeus. Assim, a Companhia de Jesus tornou-se, gradativamente, uma ameaça e generalizou o boato de que a ordem jesuíta se constituía em uma espécie de “Estado dentro do Estado”, na intenção de fundar um “Império Teocrático” na América. Em contrapartida, Mário Maestri afirma que:

Jamais houve projeto jesuítico de construção de um reino teocrático-cristão nas Américas – Império Universal. Após algumas décadas, quando as comunidades nativas estavam estabilizadas, elas transformavam-se em doutrinas, ficando sob a autoridade eclesiástica dos bispos e, portanto, das Coroas Ibéricas, responsáveis pela administração religiosa nas colônias (MAESTRI, 2000, p. 3).

Nesse sentido, confirma-se também a análise de Vitor Biasoli (*apud* QUEVEDO, 1999, p. 155), ao apontar que “a Companhia de Jesus, como bem demonstram os historiadores, alinhava-se com o Estado Absolutista Moderno no seu projeto de expansão colonial na América”. Neste período as condições de diálogo entre os espanhóis, os luso-brasileiros e os guarani-missionários na região do Prata encontravam-se em situação quase insustentável, pois se desgastava a cada ato de “espionagem, táticas, armamentos, avanços, retrocessos, roubo ou pilhagem de gado, contrabando, [...] elementos rotineiros no processo de expansão e ocupação da região” (QUEVEDO, 2000, p. 04). Enquanto isso, na Europa, a disputa centrava-se mais na arena política, incitando acusações e, por vezes, resultando em acordos entre as Coroas de Portugal e de Espanha. Estes derivavam, especialmente, dos problemas causados pela expansão ibérica na América, que ainda baseava-se pelo Tratado de Tordesilhas, o qual não definia limites claros de fronteira.

A partir deste contexto é que os monarcas das duas Coroas iriam assinar, em 1750, um novo tratado que continha objetivos políticos, econômicos e geográficos bastante claros em relação aos territórios da América: o Tratado de Madri. Dessa forma, por ser uma “zona economicamente rica e constituindo ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri” (PESAVENTO, 1997, p. 03).

Em âmbito econômico, as Missões possuíam importante papel para o Império espanhol na América, pois exportavam grande quantidade de produtos para outras zonas e inclusive para a Europa. Os indígenas reduzidos manufacturavam a erva-mate e obtinham colheitas fartas, suficientes para o consumo e a comercialização. Eles possuíam duas formas de trabalho com a terra: o Tupã-Baé, ou as terras de Deus, onde eles trabalhavam comunitariamente por um

período reduzido e o que era colhido revertia-se para a comunidade; e o Aban-Baé, terras de uso próprio de cada família indígena, mas que não era mais bem explorada devido à falta de tempo e energia suficiente para o trabalho. Para efeito de aceitação por parte dos indígenas, a terra, assim como todos os outros meios de produção, pertencia à comunidade formada pelos padres, representantes da Coroa e, conseqüentemente, de Deus. Os indígenas reduzidos, por fim, defendiam a terra e a bandeira castelhana.

Outro processo econômico que teve grande expansão devido às Missões era a criação do gado que havia sido trazido, já em 1555, pelos irmãos Góis para a região, do qual boa parte foi conduzido até o Peru. Em 1634, ainda na primeira tentativa da redução dos povos originários, os jesuítas trouxeram o gado da outra margem do rio Uruguai. Devido ao retorno dos religiosos para os locais de origem, estes animais ficaram soltos, tornando-se mais tarde o principal atrativo para os bandeirantes luso-brasileiros e espanhóis da região do Prata.

Politicamente, os indígenas reduzidos estavam organizados de uma forma que os convencesse de que realmente participavam da administração das reduções. Isto pois, segundo Júlio Quevedo (2000, p. 04), “a Missão representava a ampliação política do Estado espanhol na Zona do Prata, avançando até onde o governo não conseguia chegar”. Portanto:

O fato de o território sulino não mostrar maior atrativo econômico, que tornasse possível o seu enquadramento nos moldes mercantilistas adotados pela economia da época, e a sua própria distância física do centro administrativo da colônia confinaram-no a um isolamento que só seria rompido mais de dois séculos depois de 1500. Se o Rio Grande do Sul não atraiu, nos primeiros tempos, o olhar do colonizador, logo depois, colocar-se-ia numa posição de importância, se não econômico-política, pelo menos estratégico-militar (RECKZIEGEL, 1999, p. 10).

A partir daí, o principal objetivo dos portugueses era a conquista das terras que levassem até a região do Rio da Prata, justificando-se através do *uti possidetis* da terra. No momento em que isto ocorreu:

A região sulina iria adquirir relativo significado econômico em decorrência das necessidades do centro do país durante o período minerador, especificamente no que tangia à apropriação do gado, eu serviria de alimento e meio de transporte para aquela zona; também no que se referia à estreita vigilância sobre a atividade comercial desenvolvida pelo porto de Buenos Aires, que resultou na fundação da Colônia do Sacramento, ponta-de-lança das ambições portuguesas sobre a bacia do Prata (RECKZIEGEL, 1999, p. 13).

O *uti possidetis*, como bem explica Azevedo (1995, p. 392), é uma terminologia latina que significa, literalmente, “tal como possuíis”. Esse princípio foi amplamente utilizado para a

formalização das fronteiras na região sul do Brasil, bem como da região platina. Tau Golin, mais incisivo na sua apresentação de fronteira demarcada pelo *uti possidetis*, afirma que este:

Foi sempre o recurso jurídico-político mediador de incorporação de territórios na construção dos espaços colonial e nacional. A idéia de fronteira natural, em um primeiro momento, e, depois, de fronteira nacional, [...] era o estimulante das ações de expansão e, inclusive, um energético ideológico. [...] princípio que incorpora as ações concretas da história na ocupação real dos territórios, criando direitos (TAU GOLIN, 2002, p. 50).

Dessa maneira, esse “meio” de que se utilizaram Portugal e Espanha para definir suas fronteiras na parte meridional do território americano pautava-se em outros conceitos, como de fronteira natural, ocupação de espaço e ideologia político-econômica. Os demais tratados efetuados entre as duas Coroas se utilizariam ainda em maior escala dessa ótica de ocupação do espaço importante para a economia e a política.

O TRATADO DE MADRID (1750) E A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

A janeiro de 1750, Portugal e Espanha firmaram o Tratado de Madri. Através deste, ambos pretendiam demarcar definitivamente os limites entre as possessões americanas. No acordo, estipulou-se a troca da Colônia de Sacramento, na parte de Portugal, pelos Sete Povos das Missões situados na margem oriental do rio Uruguai, pertencentes à Espanha. Os Povos deveriam ser abandonados pelos indígenas, com estes podendo levar consigo seus bens móveis e semoventes, mas deixando para trás todas as benfeitorias das suas reduções (GARCIA, 2007, p. 29). O Tratado veio consolidar uma tentativa de manutenção de cordialidade, na Europa, entre as casas reinantes das duas potências ibéricas. Por meio dele se tentou delimitar efetivamente os territórios ocupados por uma e outra Coroa, principalmente na região sulina. Para isso, abandonou-se completamente a demarcação por meridianos e passou-se a utilizar única e exclusivamente elementos palpáveis, que se prestassem à demarcação sem discussões.

Das disputas “palmo a palmo”, próximas ao contexto de estabelecimento do Tratado, é que nasceu, por exemplo, o atual estado do Rio Grande do Sul e se consolidaram as fronteiras sulinas de forma a facilitar a defesa do território brasileiro. Não se pode esquecer, neste caso, da importância econômica e política que a anexação ou aumento de territórios trouxe ao Império. Com relação à questão territorial, observa-se o que afirma Heinsfeld analisando Rudolf Kjellén⁷, quando diz haver uma solidariedade entre nação e solo. Este último, pode ser dividido

⁷ Ver mais em: HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: Unoesc, 2003. p. 18.

em: solo político, “vivo e perecível”, pois é ativo quando nele se baseia o Estado e desaparece com o fim do mesmo; e o solo físico, “morto e imortal”, já que não tem vida própria, depende da atividade humana, mas que não desaparece nunca. Ou seja, estava-se, ao final do século XVIII e início do século XIX, a realizar uma conversão do solo político até então construído, pois passava da administração sob a Coroa espanhola, que perdurara mais de século e meio, para as mãos do Império português, que se esforçava para dar outra feição às práticas realizadas até então, tanto em relação à população quanto ao controle do território.

Após a Guerra Guaranítica⁸ e com a posterior anulação do Tratado de Madri em 1761⁹, o território das missões continuou pertencendo aos domínios espanhóis e sob a administração dos jesuítas. No entanto, os inacianos foram expulsos do Império espanhol em 1767, ordem executada nas missões em 1768, quando o governo dos povos passou a ser exercido por administradores leigos indicados pelo governador de Buenos Aires à época, dom Francisco de Paula Bucareli y Ursua (GARCIA, 2007, p. 172).

Ao longo do século XVIII, foram estabelecendo-se ataques intensificados contra a Companhia. Isto aliou os influentes filósofos enciclopédicos e os reis absolutistas na Europa. Estes últimos, ao defender a primazia do monarca sobre todos os outros poderes, viram na Companhia de Jesus um adversário, devido, principalmente, à sua obediência incondicional ao Papado (POENITZ; POENITZ, 1993, p. 9).

Com a temporalização ocorrida em 1768, a administração missioneira passou, diretamente, a uma Coroa que havia perdido muito do sentido evangelizador dos séculos anteriores. A estrutura interna de cada cidade ainda foi preservada, mas com a diferença de que

⁸ Uma parte da população guarani se opôs à efetivação do Tratado de Madri, dando origem a um conflito conhecido na historiografia como *Guerra Guaranítica*. Esta concentrou-se, em termos gerais, em dois momentos: um em 1754, no qual os exércitos de Portugal e Espanha, separados, deveriam tentar entrar nos povos; dado o insucesso desta primeira tentativa, os dois se uniram em frente única, em um segundo momento, em 1756, derrotando as forças indígenas na batalha de Caiboaté, seguida pela entrada dos exércitos ibéricos nas missões. GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 29-30.

⁹ O consenso das monarquias ibéricas a renunciar ao Tratado de 1750 pelo de El Pardo precisa ser retratado a luz da necessidade de ambas em, através da manutenção territorial, manterem seu poder, soberania e confiança. Num contexto onde a aquisição de territórios poderia acarretar na atração de novos súditos, era importante a concretização do domínio dos territórios coloniais novas formas de tratamento e de administração da própria questão fronteiriça. Com o insucesso do Tratado de Madri, a assinatura do Tratado de El Pardo sinalizou outro problema no conjunto das fronteiras entre portugueses e espanhóis na América. De um lado, a necessidade de manter uma determinada territorialidade e, de outro, elaborar políticas de atração dos povos que viviam nessas paragens indefinidas. O conjunto de reformas pombalinas, no lado português, e bourbônicas, no lado espanhol, prezavam pelo fortalecimento do Estado e a centralização administrativa colonial. Por esse viés, as autoridades ibéricas precisavam manter uma estrutura política e administrativa condizente com as mudanças ocorridas na metrópole. ACRUICHE, Hevelly Ferreira. De “rebeldes, traidores, infieles, desleales y desobedientes” a vassallos d’El Rei: o princípio da devolução de índios no Rio da Prata colonial (1750 – 1763). **IHS**. Antiguos jesuitas en Iberoamérica, v. 3, n. 2, 2015, p. 160-166.

os padres deixaram de ser os líderes da comunidade, tornando-se apenas párocos, obrigados a exercer suas obrigações eclesiais. (POENITZ; POENITZ, 1993, p. 6). Com isso, houve uma transformação no trabalho missionário, estabelecido já a 159 anos (1609-1768). E, com a derradeira expulsão dos jesuítas, estabeleceu-se não só uma mudança governamental – do poder religioso para o poder civil – mas, sobretudo, uma mudança da estrutura socioeconômica existente. (POENITZ; POENITZ, 1993, p. 9).

Segundo Poenitz e Poenitz, Francisco de Bucarelli, à época nomeado governador do Rio da Prata, encarregou-se da expulsão, obedecendo a diretrizes da Coroa. Em 1767, os respectivos bens móveis e imóveis dos padres foram apreendidos, e os religiosos, posteriormente, seriam presos e deportados para os Estados Pontifícios da Itália. Em tal contexto, no caso das Reduções, onde dezenas de milhares de indígenas haviam sido catequizados, a expulsão dos jesuítas e a temporalização das missões estabeleceram uma mudança de panorama que a Coroa espanhola não previra. Adiado a expulsão dos Padres até o ano seguinte de 1768, a operação foi planejada com forte aparato militar. O temor era de que os indígenas se levantassem em defesa de seus missionários, assim como haviam feito, por apego à sua terra natal, na Guerra Guaranítica em repúdio ao Tratado de Madri de 1750 (POENITZ; POENITZ, 1993, p. 10).

Todo o conjunto de normas estabelecido por Bucarelli¹⁰ fundamentava certo otimismo quanto ao desenvolvimento missioneiro. Os autores da expulsão estavam convencidos do sucesso das transformações profundas e favoráveis em benefício dos indígenas. Ao mesmo tempo, reinava uma percepção anti-jesuíta, atribuindo aos padres um atraso intencional em

¹⁰ Dentre as normas estabelecidas, na cidade de Candelária, em 25 de agosto de 1768, o governador Bucarelli assinou uma Instrução para o uso dos governadores interinos de Misiones, que ratificou e completou com regulamentos sobre a administração central e sobre as administrações particulares das cidades, em Buenos Aires Aires, em 1º de junho de 1770. Na primeira, lemos que dois eram os principais alvos de preocupação: I) a evangelização dos indígenas e II) "proporcionar a esses indígenas aqueles benefícios e conveniências temporários que são adquiridos por meio da civilidade, da cultura e do comércio". Para conseguir isso, o uso da língua espanhola teve que ser introduzido nas cidades e escolas abertas onde seria proibido falar guarani. Bucarelli instruiu, então, sobre o cultivo da terra e a produção pecuária, o estímulo ao trabalho e a busca do lazer, a que governadores e administradores deviam se dedicar com determinação, mantendo pontualmente contas de tudo o que era produzido, com a intervenção do *cabildo* indígena no controle e distribuição dos frutos da comunidade. Mais tarde, isto foi ampliado na Instrução sobre a promoção de atividades comerciais. No entanto, posteriormente lembrou que, embora as Leis das Índias concedessem aos indígenas o direito de vender livremente seus frutos, os Guarani de Misiones, por exemplo, não estavam habilitados para isso e estavam expostos a serem prejudicados em suas transações. Por isso, foram nomeados administradores privados nas cidades e um administrador geral para todas as missões, para que pudessem intervir nas vendas, trocas e contratos. Deviam dar participação ao respectivo *cabildo* indígena e manter uma contabilidade completa de seus atos comerciais. Depois de reiterar a proibição da introdução de bebidas alcoólicas, exortou-se que "fosse encorajado o estabelecimento de alguns espanhóis nestas cidades, para que o comércio recíproco seja mais facilitado e por este meio e o da comunicação se consiga a civilidade desejada nessas pessoas". Neste caso, os indivíduos espanhóis deviam ser pessoas selecionadas, capazes de dar exemplos genuínos de trabalho, honestidade e costumes qualificados. POENITZ, Edgar; POENITZ, Alfredo. **Misiones, provincia guaranítica: defensa y disolución [1768-1830]**. Editorial Universitaria. Universidade Nacional de Misiones, 199, p. 18-20.

relação à administração das missões, vitimando os próprios indígenas. Entretanto, apesar do otimismo, logo se percebeu uma situação contrária ao esperado, com cidades apresentando sinais de declínio demográfico e produtivo. E as ordens governamentais, por sua vez, não foram suficientes para reverter a situação (POENITZ; POENITZ, 1993, p. 20-21).

Com os problemas econômicos e demográficos, se estabeleceu a preocupação para encontrar possíveis causas, estabelecendo investigações – para, possivelmente, remediar a situação. Como já mencionado, o sentimento anti-jesuíta reinava e, como esperado, isto teve, em parte, influência no diagnóstico do cenário: por terem criado um sistema de propriedade comunitária, contrário à liberdade individual, os padres seriam os responsáveis pelos problemas e males sofridos pelos indígenas. E como forma de tentar salvar a situação, houve a gradativa libertação dos indígenas do regime comunitário, na configuração de um fator particular da etapa pós-jesuítica: o êxodo da população ativa para longe dos povos nativos e da área missioneira em si (POENITZ; POENITZ, 1993, p. 21-26).

Um dos principais pontos a se observar neste contexto, a partir do êxodo, é o processo de construção das relações estabelecidas entre os povos originários e os portugueses – em um primeiro momento, no âmbito de alianças e das estratégias para atração¹¹ dos indígenas aos domínios portugueses – bem como as reações destes – e, posteriormente, da migração destes primeiros, tornando-se súditos do rei português (GARCIA, 2007, p. 31). Além disso, é necessário destacar que o momento no qual as comissões demarcadoras permaneceram estabelecidas nos povos foi crucial para o aumento da convivência direta entre indígenas e lusitanos. Em tal período, estes últimos tiveram tempo e oportunidade para convencimento, no sentido da passagem dos missioneiros para os domínios do Rei Fidelíssimo. Ao mesmo tempo, os missioneiros tiveram a possibilidade de julgar se lhes convinham as propostas lusitanas (GARCIA, 2007, p. 35).

¹¹ Os planos da Coroa portuguesa de atração dos missioneiros não previam a sua manutenção nas missões, nem a permanência do estilo de vida reducional. O projeto visava transformar as antigas reduções em povoados portugueses. E nestes novos povoados, através da atração visando à permanência dos indígenas e sua mestiçagem com os luso-brasileiros, se obteria o aumento de súditos do Rei Fidelíssimo. A ideia central portuguesa era assimilar os indígenas ao conjunto de súditos na América através do incentivo a casamentos mistos do ensino da língua portuguesa. Tais mudanças dialogavam com a lógica de bom tratamento a ser dispensada aos indígenas, visando torna-los súditos do Rei Fidelíssimo e a fim de consolidar as relações sociais que foram sendo estabelecidas. Dessa forma, o conhecimento da esfera local e das pessoas que vivam naquele espaço era fundamental. GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 35. ACRUCHE, Hevelly Ferreira. De “rebeldes, traidores, infieles, desleales y desobedientes” a vassallos d’El Rei: o princípio da devolução de índios no Rio da Prata colonial (1750 – 1763). **IHS.** Antiguos jesuitas en Iberoamérica, v. 3, n. 2, 2015, p. 157.

As reações dos missioneiros ao Tratado de Madri foram diversas. A oposição não foi generalizada, embora o descontentamento com o abandono das terras fosse geral. Boa parte dos indígenas, num primeiro momento, aceitou as disposições da mudança, dando início às buscas de novas terras para a transmigração. No entanto, estas foram senso abandonadas, seja pela má qualidade dos terrenos oferecidos ou pela presença de indígenas “infiéis”, junto à crescente oposição ao Tratado desenvolvida por parte da população missioneira (GARCIA, 2007, p. 36).

Neste contexto, no que tange aos espanhóis, estes passaram a ser vistos como traidores pelos indígenas ao longo do processo de demarcação de terras. Em um primeiro momento, os indígenas assentiram apenas a entrada de demarcadores espanhóis em suas terras (vassalagem ao mesmo rei), não aceitando a passagem de lusitanos. Porém, ao menos para parte dos indígenas, a visão em relação aos espanhóis foi modificando-se: os missioneiros expunham em suas cartas, ou nos relatos feitos pelos europeus, que haviam auxiliado os castelhanos quando requisitados, principalmente na defesa da Colônia de Sacramento contra os próprios portugueses. Mas agora, em troca, recebiam dos espanhóis como pagamento uma união luso-hispânica visando a entrega dos povos (GARCIA, 2007, p. 40)

Se a concepção negativa – corroborada pelos jesuítas – não se modificou totalmente, ela, ao menos, se alterou ao longo das tentativas de demarcação pela própria mudança da ideia que os indígenas tinham em relação a jesuítas e espanhóis: os primeiros deixaram de ser vistos como defensores dos interesses indígenas, e passaram a ser considerados por parte dos nativos como indivíduos agindo em proveito próprio. A percepção de tal mudança, principalmente em relação aos portugueses, foi notada pelos contemporâneos. Estes vislumbraram nas tentativas de aplicação do Tratado o motivo dos indígenas passarem a considerar os domínios do Rei Fidelíssimo como uma possibilidade a mais, naquele determinado contexto histórico (GARCIA, 2007, p. 40-41).

Após a entrada dos exércitos ibéricos nas missões, com o fim da batalha de Caiboaté, estes se estabeleceram em povos diferentes, ficando os portugueses em Santo Ângelo e os espanhóis em São João. Gomes Freire, uma vez alojado em Santo Ângelo, deu continuidade à política ostensivamente recomendada por Sebastião José de Carvalho e Melo: a de “bom tratamento” dos indígenas, visando não só atrair sua amizade, mas também afastá-los dos espanhóis (GARCIA, 2007, p. 54). E, ainda:

Conforme as respostas dadas pelos índios ao tratamento dos portugueses, nas suas comparações entre os portugueses antigos e atuais e entre estes e os espanhóis, pode-se perceber como os guaranis estavam participando ativamente das propostas dos lusitanos. Assim, a questão não é se eles pensavam ou não desta maneira, mas sim que dialogaram com as propostas do general. Afinal, estas eram sedutoras, vinham ao

encontro de muitos dos seus anseios, principalmente o de não efetuar a transmigração¹². Neste sentido, responderam justamente o que o general queria ouvir, participando da sua representação e mostrando-se bastante hábeis a construção de uma aliança que lhes garantiu vantagens numa situação adversa. Ou seja, se Gomes Freire representou para os missioneiros, estes também representaram para ele (GARCIA, 2007, p. 58).

De acordo com Elisa Garcia, os missioneiros que empreenderam negociações com Gomes Freire e buscaram utilizar propostas lusitanas em proveito próprio passavam por um dos momentos mais difíceis das suas trajetórias. Seja pela iminência de entregarem os seus povos, seja pela incerteza acerca do seu futuro. Neste panorama, repensaram o seu passado, na relação com seu presente à época, e reformularam suas próprias representações. As habituais representações dos portugueses inimigos e dos espanhóis e jesuítas aliados não eram capazes de explicar a situação na qual se encontravam – e nem ofereciam-lhe alguma segurança quanto ao seu porvir. Dessa forma, alguns disseram ter sido enganados sobre o caráter dos lusitanos. Outros argumentaram que estes haviam mudado e outros ainda acusaram os espanhóis de traidores e maus. Em um contexto onde as antigas “certezas” não eram capazes de suprir uma explicação à situação vivida, a reformulação destas representações serviu para rearticular as suas alianças e lhes possibilitar a utilização de propostas portuguesas e a construção da possibilidade de um futuro nos domínios do Rei Fidelíssimo (GARCIA, 2007, p. 59).

Tanto a elaboração de tratados como as consequentes flutuações territoriais ocorridas a partir de meados do século XVIII permitiram a manutenção de certas estratégias de sobrevivência e mesmo a recriação de outras formas de convivência social, na construção de uma relação entre o território e as pessoas. Estar sob a tutela de Sua Majestade Fidelíssima representava, neste contexto, possibilidades de liberdade em oposição ao suposto escravismo e exploração espanhola encabeçadas pelos jesuítas. Esta perspectiva também contribuiu para a expulsão dos inacianos, na medida em que os mesmos eram acusados de escravizar os indígenas e serem, no escopo do discurso político produzido à época, o principal motivador da resistência indígena ao retorno aos povos do Uruguai, por exemplo. Neste sentido, as próprias áreas de fronteira abriram possibilidades e expectativas aos seus diversos agentes, atendendo aos interesses mediados pelas circunstâncias do momento vivido (ACRUCHE, 2015, p. 166-167).

¹² O maior obstáculo, no caso da transmigração, não eram os problemas materiais encontrados, pois diziam os indígenas estarem bem assistidos. A oposição à transmigração e a decisão de permanecerem com os lusitanos foram potencializadas pelas notícias acerca do tratamento que estavam recebendo dos espanhóis, sentindo-se ultrajados. Ou seja, a tática dos lusitanos, ao se basear no “bom tratamento”, parece ter acertado o seu objetivo, sendo valorizada pelos índios enquanto diferencial importante na sua escolha de permanência nos domínios do Rei Fidelíssimo. GARCIA, Elisa Fröhaufer. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 63-64.

O contexto histórico iniciado com a Guerra Guaranítica e logo posterior a esta se caracterizou, segundo Garcia, enquanto um novo momento para os missioneiros. As tentativas de demarcação do Tratado de Madri significaram, tanto para os indígenas que foram às terras portuguesa quanto para os que ficaram em seus povos, um momento de inflexão. Porém, se o contexto histórico modificou-se, mudaram também os indígenas, ou parte deles, quando alguns perceberam as alianças com os portugueses como uma possibilidade a mais na realidade na qual estavam inseridos. Assim, os portugueses deixaram de ser apenas os seus “inimigos históricos”, mas tampouco foram seus “amigos” durante seu estabelecimento e convivência nas terras lusitanas: foram indivíduos com os quais os missioneiros passaram a conviver a aprenderam a negociar, na construção de sua nova vida nas terras lusitanas enquanto vassalos do rei (GARCIA, 2007).

Segundo Garcia (2007), a partir de uma lógica de negociação, os missioneiros foram sujeitos na construção de relacionamentos com os luso-brasileiros. A adesão dos indígenas ao rei português deveria pressupor o reconhecimento de muitos aspectos de sua própria organização social. Pressupunha a manutenção de suas lideranças e hierarquias, bem como o prestígio a suas festividades e o uso da sua língua. Dentre estes aspectos, talvez o uso do guarani seja um dos mais significativos, pois foi no idioma dos nativos que se deram as negociações sobre a sua adesão aos portugueses. Neste momento, os indígenas posicionaram-se, e tentaram resguardar as suas prerrogativas, criando, ao mesmo tempo, novas estratégias de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Tratado de Madri, na tentativa de manutenção de cordialidade entre as potências ibéricas e possível resolução da questão territorial sulina na América, os povos deveriam ser abandonados pelos indígenas, deixando para trás todas as suas benfeitorias. Com o descontentamento, fricção e conflito representados pela Guerra Guaranítica, bem como a anulação do Tratado em 1761, o próprio contexto absolutista europeu, em meio a um jogo ideológico-político, acabou sendo fator a corroborar com a expulsão dos inacianos em 1768. E, com a mudança de conjuntura e a difusão dos indígenas pelo território, os interesses portugueses fizeram-se presentes, no intuito de atrair os indígenas e torna-los súditos portugueses.

Foi possível observar, de um lado, – em meio às tensões e implicações advindas desde o Tratado de Madri, perpassando a Guerra Guaranítica, a expulsão do Jesuítas e o deslocamento indígena pelo território – os interesses ibéricos, principalmente portugueses, na intenção de conseguir súditos ao Rei Fidelíssimo – na perspectiva de fortalecimento e soberania colonial. Por outro lado – corroborando com a questão de não-passividade às investidas de atração –, os

indígenas estabeleceram um horizonte de negociações em meio a novas reciprocidades, certa manutenção de seus aspectos socioculturais e o estabelecimento de diferentes relações sociais e representações. A partir disso, o contexto histórico evidencia não só os interesses metropolitanos, mas a perspectiva indígena voltada à possibilidade de sobrevivência, à época, em território português, configurando momento caro no âmbito sulino da América.

REFERÊNCIAS

ACRUCHE, Hevelly Ferreira. De “rebeldes, traidores, infieles, desleales y desobedientes” a vassallos d’El Rei: o princípio da devolução de índios no Rio da Prata colonial (1750 – 1763). **IHS**. Antiguos jesuitas en Iberoamérica, v. 3, n. 2, 2015, p. 150-168.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **A política exterior do Império**. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

FLORES, Moacyr. **Reduções Jesuíticas dos Guaranis**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino**. Joaçaba: Unoesc, 2003.

GOLIN, Tau. **A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2000. (Cadernos do Núcleo de Estudos Históricos Lingüísticos).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POENITZ, Edgar; POENITZ, Alfredo. **Misiones, província guaraníca: defensa y disolución [1768-1830]**. Editorial Universitaria. Universidade Nacional de Misiones, 1993.

QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. 4.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

QUEVEDO, Júlio (Org.). **Rio Grande do Sul: quatro séculos de história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional.** Passo Fundo: Ediupf, 2002.